

Déficit nominal zero enfrenta resistência dentro do PT

*Paulo Bernardo
acha possível
negociar a
proposta no
Congresso*

MARCOS SEABRA E REUTERS
SÃO PAULO E BRASÍLIA

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse ontem que considera viável a aprovação do projeto de emenda constitucional com metas para se estabelecer um déficit nominal zero das contas públicas. "Qualquer coisa que seja para melhorar a situação do País é viável. Claro que dá para construir apoio parlamentar", disse ele após longa reunião com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para discutir a proposta apresentada pelo deputado Delfim Netto (PP-SP).

Mesmo com a crise política, o ministro do Planejamento disse que parlamentares têm discutido a proposta, a exemplo do jantar oferecido ontem em Brasília por Delfim Netto, para o qual esperava-se, além de Bernardo e Palocci, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, deputados, senadores e empresários. O ministro do Planejamento disse que o presidente Lula pediu à sua equipe que avaliasse a proposta do déficit zero, e confirmou que será realizado no dia 10 de agosto, em Brasília, um seminário para discutir a proposta, organizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

As palavras de Paulo Bernardo, no entanto, não encontram ressonância dentro do seu pró-

prio partido, o PT. A política econômica seguida pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sempre foi alvo de crítica das tendências de esquerda do partido, mas a busca pelo chamado déficit nominal zero colocou em xeque a hegemonia da atual direção da legenda, capitaneada pelo ex-ministro e deputado José Dirceu (SP) e o presidente do partido, José Genoíno.



Paulo Bernardo

Para o deputado Ivan Valente (SP), da tendência de esquerda "Ação Popular Socialista", conseguiu um novo fôlego na disputa pela presidência do partido. "Não podemos tolerar a busca a todo custo da maioria no Congresso para conseguir a aprovação de temas como a Desvinculação de Recursos da União (DRU) ou a busca pelo déficit nominal zero em detrimento do corte de recursos das áreas sociais."

A proposta original para zerrar o déficit, que vem sendo articulada por Delfim há alguns dias, ganhou força no Palácio do Planalto com a saída de José Dirceu da Casa Civil. O antigo sonho do ex-ministro da Fazenda recebeu não só a simpatia de Palocci, mas como também dos mais variados representantes do empresariado nacional.

A proposta exposta ontem a empresários e parlamentares baseia-se na adoção de uma meta de déficit nominal zero para um horizonte de médio prazo, tendo por referência 2008.

O objetivo, de acordo com a proposta, é ampliar o corte de gastos públicos como forma de reduzir a relação dívida pública e Produto Interno Bruto (PIB).

Na prática, a política adotada por Palocci já caminha a passos largos no cumprimento dessa proposta. Além da questão do déficit, o Planalto irá tentar a aprovação de um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) no intuito de desvincular os recursos destinados aos setores de educação e saúde, tendo uma liberdade maior de aplicação das verbas, hoje limitada a 20% destinadas e aprovadas em Orçamento. A pretensão é que se chegue a algo em torno de 40% do total.

A Desvinculação de Recursos da União (DRU) é um dos principais pontos de discórdia entre a ala esquerda do PT

Prato cheio para as críticas das tendências de esquerda petistas, os planos de Delfim e Palocci desequilibraram o já tumultuado processo de sucessão dentro do PT.

"Boa parte da responsabilidade do que está acontecendo cabe à política da ditadura do superávit fiscal primário e o déficit nominal zero, além das concessões privadas de serviços públicos, as PPP e as privatizações que são acompanhadas pelas alianças que dão sustentação parlamentar ao governo Lula", criticou Markus Sokol, da tendência "O Trabalho", e também candidato à presidência do PT.